



Programa de Políticas Públicas para a Dinamização das Micro, Pequenas e Médias Empresas

28 medidas urgentes

O Governo de coligação tem implementado políticas que provocam a destruição do tecido empresarial nacional. As micro, pequenas e médias empresas (MPME) são as mais prejudicadas, apesar de o PSD e o CDS, enquanto estiveram na oposição, terem feito inúmeras promessas dirigidas a este sector.

Por cada dia útil, fecham as portas 24 empresas e perdem o emprego 890 trabalhadores. As MPME nunca viveram uma situação tão aflitiva como agora e do lado do Governo recebem quase nenhuma ajuda.

O Bloco de Esquerda apresenta neste documento medidas de urgência para a recuperação e crescimento das MPME, que representam 98% das empresas nacionais e garantem três quartos do emprego.

As medidas propostas incidem sobre quatro domínios: aumento do crédito, diminuição dos custos energéticos, aumento da sustentabilidade e reforço do mercado interno e aumento dos rendimentos dos cidadãos.

Este programa, resultante dos contactos efetuados com as confederações e associações empresariais, com micro, pequenos e médios empresários e com trabalhadores, evitará a destruição de milhares de empresas e de postos de trabalho.

DINAMIZAÇÃO DO CRÉDITO

Um dos principais problemas a afetar as MPME está relacionado com o financiamento. As empresas enfrentam enormes dificuldades para obter empréstimos juntos da banca e, quando o conseguem, são obrigadas a suportar taxas de financiamento muitas das vezes usurárias, destrutivas de qualquer tesouraria.

De acordo com os dados do Banco de Portugal, as taxas de financiamento exigidas pela banca nas novas operações junto das empresas estão em níveis historicamente altos, fixando-se em Novembro nos 6,7% nas operações até um milhão de euros, representando 172% da média europeia (3,9%). Tememos que a situação seja ainda mais grave do que os números indicam. Ao longo dos diversos contactos efetuados pelo Bloco de Esquerda com empresários, eram regulares os casos de taxas de spread exigidas aos empresários de 10%, 12% ou até mesmo 14%!

Não se compreende esta situação, nem o imobilismo do Governo. Os bancos financiaram-se a 1% no Banco Central Europeu (BCE) e a Euribor a 3 meses, utilizada no crédito a empresas, está abaixo dos 0,3%, e os



bancos nacionais obtiveram financiamento a 1% junto do BCE e o Estado português já gastou 5,6 mil milhões de euros na recapitalização dos bancos, em menos de um ano. É urgente a utilização desse dinheiro dos contribuintes para o aumento do financiamento às MPME.

Nunca o Estado injetou tanto dinheiro nos bancos, nem nunca estes beneficiaram de condições de financiamento tão favoráveis junto do BCE. Mas tal não impediu o crédito concedido às PME de cair de 92 mil milhões de euros, em Junho de 2011 – data da tomada de posse do Governo –, para 81,2 mil milhões de euros, em Novembro de 2012. São menos 10,8 mil milhões de euros.

O dinheiro não desapareceu, foi desviado para o financiamento às grandes empresas, que no mesmo período conseguiram obter mais 4,2% em financiamentos. Um exemplo claro foi o financiamento de 600 milhões de euros concedido ao Grupo Mello pela banca nacional para a concretização da Oferta Pública de Aquisição (OPA) sobre a Brisa.

O relançamento da economia depende do investimento. Sem investimento não há retoma. Com as taxas de financiamento exigidas pela banca nacional é impossível as MPME efetuarem esses mesmos investimentos. Por isso, o Bloco de Esquerda propõe as seguintes medidas para dinamizar o crédito cedido às MPME:

- 1-** Utilização do dinheiro existente no fundo de recapitalização dos bancos para financiar as MPME, que atualmente ascende a 6,4 mil milhões de euros;
- 2-** Alterar as condições impostas aos bancos recapitalizados pelo Estado, impondo a obrigatoriedade de utilização do dinheiro público para financiamento às MPME, especialmente às exportadoras, às ligadas à indústria transformadora e às que contribuem para substituir importações por produção nacional;
- 3-** Acabar com as taxas abusivas praticadas pelos bancos junto das MPME, proibindo os bancos nacionais de exigirem taxas de juro totais superiores a 20% à média da zona Euro;
- 4-** O Banco de Portugal deve inspecionar as carteiras de crédito dos bancos para averiguar se cumprem estes limites máximos nas taxas de financiamento;
- 5-** O Banco de Portugal deve garantir a existência de um balcão onde as MPME podem defender os seus direitos, nomeadamente os relacionados com os abusos exigidos no financiamento, entre outros aspetos;

DIMINUIÇÃO DOS CUSTOS ENERGÉTICOS

O Instituto Nacional de Estatística aponta para uma subida dos preços dos produtos energéticos de 13% em 2011 e de 10% em 2012. Os custos com a energia estão a asfixiar o tecido empresarial português, ao mesmo tempo que as empresas produtoras e distribuidoras continuam a encher os bolsos dos seus acionistas com os lucros gerados.

Os preços da eletricidade para as empresas está 8% acima da média da União Europeia e os preços do gás estão 10% acima.

Os encargos energéticos são a maior fatia da estrutura de custos de milhares de empresas, nomeadamente do sector secundário. Por exemplo, uma empresa do sector têxtil que empregue sessenta trabalhadores



gasta o triplo em energia do que em salários.

Na base destas tarifas insuportáveis estão a carga fiscal praticada pelo Estado português sobre o consumo energético, bem como a rentabilidade gerada para as empresas produtoras e distribuidoras, como a EDP e a REN, detidas por empresas estrangeiras.

A quadruplicação da taxa de IVA sobre os produtos energéticos de 6% para 23%, levada a cabo pelo Governo, provocou um aumento imediato de 10% nas tarifas pagas pelas empresas, de acordo com os dados da OCDE. A privatização de empresas como a EDP e a REN favoreceu o aumento abusivo dos preços praticados e a transferência de rendimentos da estrutura produtiva para os sectores rentistas.

A melhoria dos custos energéticos aumentaria, de forma clara, a competitividade de Portugal e das suas empresas. A eletricidade é um bem essencial. Por isso, o Bloco de Esquerda propõe:

- 6)** Redução da taxa de IVA da eletricidade e do gás de 23% para 6%, com um impacto de pelo 10% nos custos energéticos das empresas;
- 7)** Enfrentar as multinacionais produtoras de energia, de modo a cortar as rendas pagas e que agravam a fatura energética;
- 8)** Impedir os aumentos trimestrais tarifários no mercado regulado, tal como o Governo definiu para obrigar os consumidores a transitarem para o mercado liberalizado, mais caro;
- 9)** Programa de incentivos à compra de equipamentos de energias renováveis por parte das MPME;
- 10)** Introdução de medidas anti-especulativas e de transparência na formação dos preços dos combustíveis: os preços não podem ser superiores em 2% à média de um cabaz de 14 países europeus.

AUMENTO DA SUSTENTABILIDADE

O enquadramento fiscal e burocrático das MPME é extremamente desfavorável. Medidas visando a simplificação fiscal, a eliminação de impostos abusivos e a definição de políticas públicas de aumento da contratação e das competências das MPME são vitais.

Não se compreende como podem as empresas ser obrigadas a pagar mensalmente ou trimestralmente o IVA correspondente a montantes ainda não cobrados.

O aumento da taxa de IVA na restauração para 23% ameaça cerca de 100 mil postos de trabalho, ao mesmo tempo que tem um impacto negativo na receita fiscal arrecadada.

Para além de propostas fiscais, o Bloco de Esquerda defende o aumento das condições de sustentabilidade através do reforço da Investigação e Desenvolvimento nas MPME e da formação contínua dos empresários e trabalhadores.

O Estado deve igualmente estar envolvido ativamente na promoção da contratação de desempregados por parte das MPME.

Por isso, o Bloco de Esquerda propõe:



- 11)** Aplicação imediata do regime de IVA de caixa, para retirar pressão sobre as contas das MPME, que só devem pagar o IVA quando o receberem efetivamente;
- 12)** Proibição da emissão de novas licenças para a construção de centros comerciais, de modo a proteger o comércio local e para evitar a degradação urbana provocada pela falência das MPME afetadas pela posição dominante das grandes superfícies comerciais;
- 13)** Encerrar as grandes superfícies comerciais aos Domingos e feriados;
- 14)** Criação de um novo regime de IRC com um crédito fiscal de 5% para as empresas com matéria coletável até 12,5 milhões de euros em caso de criação de postos de trabalho efetivos sem redução de pessoal;
- 15)** Reposição da taxa de IVA para a restauração, reduzindo-a de 23% para 13%;
- 16)** Implementação de políticas públicas de emprego, tendo em vista a dinamização da contratação de desempregados, investigadores e criativos;
- 17)** Reforço da componente de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e de incentivo à alta e média-alta tecnologia, seja através do reforço do papel dos laboratórios do Estado, centros de investigação ou de parcerias com a academia;
- 18)** Formação pública dirigida às MPME, com o objetivo de aumentar as competências específicas e técnicas dos seus trabalhadores, tendo em vista o incremento da competitividade e das condições de sustentabilidade das MPME;
- 19)** Promoção e dinamização da utilização de software livre, gerador de poupanças significativas;
- 20)** Programa de viabilização de MPME em dificuldades;
- 21)** As microempresas, em particular as criadas em regime de auto-emprego por artesãos ou outros trabalhadores, devem ser protegidas por um estatuto social e fiscal que permita a sua atividade, fora da economia paralela, e em condições de sobrevivência. Os critérios para os apoios fiscais e outros devem ser adequados à natureza da sua atividade, seja ela industrial, de comércio ou de serviços;
- 22)** Criação de uma linha de crédito de apoio às cooperativas

REFORÇO DO MERCADO INTERNO E AUMENTO DOS RENDIMENTOS DOS CIDADÃOS

Grande parte das medidas de austeridade postas em prática pelo Governo têm como consequência a contração do mercado interno. Esta política é destrutiva do tecido empresarial. Cerca de 90% das MPME vivem exclusivamente do mercado nacional e não efetuam qualquer exportação.

Assim, o reforço do mercado interno, através do aumento do poder de compra dos cidadãos, é um imperativo. A prioridade do Bloco de Esquerda está na batalha pelo aumento dos rendimentos dos cidadãos que menos recebem, por razões sociais, mas igualmente por razões económicas, pois são estes cidadãos o verdadeiro motor da economia. Os cidadãos que mais ganham têm tendência a ter taxas de poupança superiores, fazendo com que uma importante fatia dos rendimentos não seja utilizada na dinamização do mercado interno.

É ainda fundamental garantir a reversão dos cortes salariais impostos aos trabalhadores e pensionistas, a par de uma reforma fiscal que acabe com os abusos do IVA, imposto regressivo que penaliza os de baixo em detrimento de os de cima.



Defendemos:

- 23)** Anulação do aumento de IRS imposto pelo Orçamento do Estado 2013, reposição completa dos dois subsídios retirados a trabalhadores do Estado e reformados e a revogação da taxa extraordinária de 3,5% sobre os rendimentos anuais. Estes aumentos destroem a procura interna e estão na base da falência de milhares MPME;
- 24)** Aumento imediato do salário mínimo para 515 euros e atualização para 545 euros a partir do dia 1 de Julho, como medida de fomento do mercado interno e de justiça económica e social;
- 25)** Alargamento das condições de acesso às prestações sociais destinadas aos desempregados, garantindo que todos os que necessitam de apoio o recebem efetivamente. Atualmente meio milhão de desempregados não recebem qualquer apoio do Estado;
- 26)** Garantia imediata de apoios sociais aos trabalhadores independentes e micro empresários desempregados, mediante o estabelecimento de condições prévias;
- 27)** Reforma abrangente do IVA, garantindo uma melhor adequação dos níveis de fiscalidade aos rendimentos de cada cidadão;
- 28)** Lançamento de um programa de reabilitação urbana, de forma a dinamizar o mercado de arrendamento e de forma a garantir a reabilitação de edifícios públicos.